

As ruínas da Escola Superior de Guerra em debate

The Brazilian War College ruins under debate

Rev. Bras. Est. Def. v. 8, n. 1, jan./jun. 2021, p. 167-187

DOI: 10.26792/RBED.v8n1.2021.75190

ISSN 2358-3932

EDUARDO RIZZATTI SALOMÃO

INTRODUÇÃO

Fundada nos tempos da Guerra Fria, a Escola Superior de Guerra (ESG) ganhou destaque como referência do pensamento conservador ligado aos estudos estratégicos na área da defesa. Nos anos 1970, no decorrer do governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), visando realocar a Escola no centro do poder político, iniciou-se a construção das instalações que acolheriam a transferência da ESG do Rio de Janeiro para Brasília. O projeto da nova sede, de autoria do arquiteto carioca Sérgio Bernardes, concebia uma edificação de peculiares linhas modernistas, erigida na Asa Norte, às margens do Lago Paranoá, nas proximidades da Universidade de Brasília (UnB). Decorrido cerca de um ano do início dos trabalhos, com poucos esclarecimentos a respeito, as obras da nova sede foram paralisadas.

Após cerca de 50 anos do abandono do projeto, restaram ruínas a assombrar a memória urbana brasiliense, testemunhando o desperdício de recursos públicos e inquietando o observador quanto aos motivos que conduziram à decisão de selar o destino da obra. Tendo por problema inquirir o papel dos escombros das fundações da edificação, apelidadas de “ruínas da UnB” (Lannes 2014), enquanto lugar de memória a informar sobre o passado político brasileiro, o artigo relaciona questões que estimulam reflexões sobre as prováveis razões do cancelamento do projeto e o contexto da Ditadura (1964-1985) nos anos do chamado milagre econômico.

Pensando a relação entre história e o conceito de lugar de memória, Pierre Nora afirmou que “Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora” (Nora 1993, 12-13). O conceito

Eduardo Rizzatti Salomão — Doutor em História Social pela UnB. Pós-doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Militares do Instituto Meira Mattos (PPGCM/IMM). É professor de História e integra o magistério do Quadro Complementar de Oficiais (QCO) do Exército Brasileiro. É membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra (ESG).

de lugar de memória se aplica com propriedade aos panteões, museus, bibliotecas e arquivos a sacralizar a construção da memória nacional sobre restos de uma história que se pronuncia. É preciso reconhecer que não se observa a conversão das ruínas da ESG em lugar de memória comemorativa, mas de lugar de uma memória política que tange o esquecimento. As ruínas da ESG, somadas ao acervo do projeto, oferecem testemunho de uma época a provocar reflexões e despertar afetos e, assim, cercam-se de uma áurea simbólica a estimular olhares sobre o passado político e os caminhos traçados para as instituições do Estado brasileiro.

Concentrando o olhar nas “ruínas da UnB”, a pesquisa que resultou no presente artigo adotou como referência teórico-metodológica a revisão qualitativa de referências bibliográfico-documentais, buscando informações em livros, periódicos, produções acadêmicas e publicações que abordaram a obra de Sérgio Bernardes, a ESG e a conjuntura política após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O fio condutor do artigo é ancorado na narrativa histórica, comunicando-se com produções que privilegiaram o campo das relações civis-militares, tendo como referências principais os trabalhos de Alfred Stepan (1975), Edmundo Campos Coelho (2000) e José Murillo de Carvalho (2005), por efetuarem apreciações da história social e política brasileira onde se inserem reflexões a respeito do papel do instituto.

É reconhecido que uma das principais obras de referência sobre a ESG ainda é o livro de Antônio de Arruda, *ESG: história de sua doutrina* (1983), cujo conteúdo oferece um resumo parcial da evolução da Escola em seus primeiros dias, de forma que a consulta é obrigatória, sendo necessário ressaltar o seu caráter predominantemente memorialista e laudatório. Ainda sobre o histórico da constituição da ESG, foram fontes importantes as entrevistas com Cordeiro de Farias (Camargo and Góes 1981) e Ernesto Geisel (D’Araujo and Castro 1997). A respeito das fontes que tratam do cancelamento e destino das obras da sede brasiliense, no acervo da Secretária de Documentação e Memória Institucional (SDMI) da ESG, sediada no Rio de Janeiro, foram localizados documentos, plantas do projeto e fotografias da maquete e fundações.

Para melhor iluminar o objeto de estudo, o primeiro tópico do artigo apresenta um esboço da concepção e do contexto que motivou a criação da ESG. No segundo momento, aborda-se a intenção de transferência para Brasília e o projeto de Sérgio Bernardes, onde será apreciado o papel de uma nova sede como possível veículo modernizante e inquirida as razões do seu cancelamento. Nesse percurso, a apreciação do papel político da Escola e as expectativas de transferência de sede observam a conjuntura e os humores dos anos 1970. Os tópicos seguintes abordam as tentativas

e embates de retomada do projeto de transferência para Brasília, nos anos 1980 e no passado mais recente.

EM TEMPOS DE GUERRA FRIA

Criada em 1949, fruto de projeto impulsionado pelo Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), a ESG não tardou a galgar a posição de principal centro brasileiro de estudos de política e estratégia de defesa. Ocupando instalações situadas na Fortaleza de São João, no bairro da Urca, Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, a Escola dividiu, desde então, espaço com organizações militares do Exército e se situa no mesmo bairro da Escola de Guerra Naval (EGN) e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

À época da criação da ESG, o debate e a produção de estudos sobre defesa e segurança nacional eram escassos no Brasil e tradicionalmente monopolizados por militares. A Guerra Fria e o alinhamento político-ideológico do governo do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) com os Estados Unidos da América (EUA), colhendo frutos do pós-guerra, estimulou a criação de uma instituição de ensino afinada com o novo ambiente internacional e voltada para estudos de interesse governamental no campo militar. Pensada, inicialmente, para militares, logo foi convertida em organização dedicada a reunir oficiais e civis extraídos das elites política, econômica e militar. A criação da ESG foi efetivamente impulsionada pela aproximação entre os militares brasileiros e norte-americanos, servindo de modelo o *National War College* (Camargo and Góes 1981).

Lançando o olhar sobre o período anterior aos esforços de criação da ESG, Arruda (1983) informa que, em 1942, o Exército brasileiro manifestou o intento de criar um novo curso de comando para coronéis e generais. Fruto das experiências colhidas na Segunda Guerra e da possibilidade de um novo conflito mundial, que recomendavam a preparação de oficiais para operações conjuntas, a intenção original se converteu no propósito de criar um curso sob uma nova roupagem, passando a atender oficiais das três Forças Armadas: Marinha, Exército e Aeronáutica. A questão passava a envolver onde alocar e como organizar o curso. Em 1948, em visita ao *National War College*, o general Salvador César Obino, chefe do então Estado-Maior Geral (origem do EMFA), angariou a cooperação de uma missão norte-americana para implantar a ESG (Arruda 1983).

A missão de cooperação marcou a fundação da instituição, passando a ESG a contar com a presença de um oficial de ligação norte-americano em suas instalações, o que perduraria até o início dos anos 1970 (Arruda 1983). Essa aproximação não impediu que a Escola ganhasse vida própria,

trilhando caminhos diversos da congênere norte-americana. Sobre esse assunto, em entrevista, o general Oswaldo Cordeiro de Farias enfatizou: “Eu sempre digo: nós somos filhos do War College, admitimos com orgulho esta paternidade, mas não existe nada mais diferente do War College do que a Escola Superior de Guerra”. (Camargo and Góes 1981, 417).

Quando da assinatura do acordo de cooperação, a presença de oficial de ligação estrangeiro em organização militar brasileira não era uma novidade. Até 1940, o Brasil manteve acordo de cooperação no campo militar com a França, firmado em 1919, e que incluía missões de instrução e a presença de oficiais franceses em organizações brasileiras (Malan 2018). O que não pode ser ignorado ao se interpretar a presença norte-americana na ESG são o ambiente político e o papel de superpotência militar e econômica desempenhado pelos EUA, contexto diverso do acordo outrora firmado com a França. No governo do marechal Dutra, a aproximação do Brasil aos EUA, em termos de relações comerciais, culturais e políticas, era uma das principais pautas (McCann 1995). No pós-guerra, os EUA passaram a exercer a liderança no ocidente em diversos assuntos, com destaque para a área militar. Afastado Getúlio Vargas do poder (1930-1945), as reservas no tocante ao estreitamento das relações Brasil-EUA foram minimizadas.

No mesmo ano de criação da ESG, constituía-se uma comissão composta por Eugênio Gudin, Otávio Gouveia de Bulhões e Válder Lima Sarmanho dedicada a estudar as prioridades para um programa de desenvolvimento do Brasil. Pouco depois, consolidou-se a proposta que deu origem a Comissão Mista Brasil-EUA (1951-1954). Um dos propósitos da Comissão era justamente a análise da economia brasileira no intuito de fornecer dados à elaboração de diretrizes governamentais. Os EUA buscavam parcerias estratégicas no hemisfério sul, opondo-se a influência soviética. Nesse esforço, o Brasil foi reconhecido como parceiro preferencial e observado de perto (McCann 1995). Da Segunda Guerra Mundial, o Brasil saiu fortalecido ao potencializar a indústria de base graças aos acordos firmados por Vargas com o governo norte-americano. O país contava ainda com os dividendos políticos de ter enviado à Itália a Força Expedicionária Brasileira (FEB) em apoio aos Aliados.

A equipe brasileira, reunida para dar redação ao anteprojeto de regulação da ESG, tendo à frente o general Cordeiro de Farias, não ignorava o contexto político e as oportunidades em aberto. Consolidado o anteprojeto, intitulado Princípios Fundamentais da Escola Superior de Guerra (Arruda 1983; Sardenberg 2017), enfatizou-se que a intenção era inovar o ensino no ambiente militar, abortando qualquer intenção em se criar uma instituição voltada especificamente à temática dos conflitos bélicos e operações conjuntas. Nos Princípios Fundamentais, registrou-se a percepção de que

a segurança nacional dependia mais do potencial geral de uma nação do que de seu poderio estritamente militar. Com essa perspectiva em vista, o documento lançava o propósito da ESG receber estudos de temas dedicados ao desenvolvimento econômico e social brasileiro, sem perder o foco na segurança nacional. A fundação da ESG tinha entre seus objetivos, segundo os Fundamentos, contribuir para a conversão do Brasil em potência plenamente desenvolvida (Arruda 1983; Sardenberg 2017).

O anteprojeto propunha a criação da ESG nos moldes de um instituto a funcionar como centro permanente de pesquisas. A proposta enfatizava a necessidade de se promoverem trabalhos em equipe e o diálogo permanente entre civis e militares, reunidos em uma instituição abrigada pelas Forças Armadas (Stepan 1975). César Obino, em exposição de motivos endereçada ao presidente Dutra, listou as vantagens em se promover essa integração:

A inclusão na Escola de determinados civis tem por finalidade dar aos civis interessados nos trabalhos pertinentes à organização da Segurança Nacional, particularmente àqueles que devam dirigir a mobilização nacional ou a política externa, uma visão panorâmica dos problemas e processos de execução daquela operação; e dar, aos militares selecionados para funções de alto comando, oportunidade de, através do convívio do trabalho em comum, apreciar os pontos de vista civis, de modo a obter-se uma compreensão mais perfeita entre esses grupos que se completam e sobre cujos ombros recaem idênticas responsabilidades na defesa da Pátria. (Obino 1949, 3-4).

A Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949, atendendo a exposição de motivos de Obino e ao anteprojeto, estabeleceu que a ESG se organizasse como um instituto “destinado a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários ao exercício de funções de direção e assessoramento superior para o planejamento da Defesa Nacional, incluindo os aspectos da Segurança e do Desenvolvimento” (Brasil 1949).

Criado o Curso Superior de Guerra (CSG), originalmente a Escola reuniu oficiais gerais e oficiais superiores, e mirou atrair civis pertencentes às elites do serviço público e das esferas política, econômica e intelectual. Os frequentadores do curso passaram a ser nomeados de “estagiários”, nome adotado para indicar que não havia o propósito de se estabelecer uma relação de subordinação entre aluno e professor, mas criar um ambiente de estudos em conjunto, com a liberdade para os estagiários indicarem palestrantes e orientadores externos (Camargo and Góes 1981; D’Araujo and Castro 1997). Outros cursos foram criados ao longo das décadas, voltados para temas como inteligência estratégica, diplomacia e logística. Conforme

desejado na concepção inicial, os estudos e planos de governo elaborados na ESG tocavam em questões abrangentes, envolvendo educação, energia, guerra, infraestrutura, indústria, entre vários outros assuntos (Stepan 1975; Arruda 1983).

Muitos dos estudos e planos de governo elaborados ficaram nas prateleiras, atendendo ao propósito de cumprir as metas de conclusão dos cursos. Por intermédio dos frequentadores e atendendo a interesses do governo, promoveu-se a difusão das discussões e do pensamento gestado na ESG. Essa divulgação contou com o apoio da rede de ex-estagiários reunidos na Associação de Diplomados da ESG (ADESG), com sede nacional no Rio de Janeiro, filiais nas capitais e cidades de grande porte (Stepan 1975).

Nos anos iniciais da ditadura, o foco da ESG recaiu sobre o binômio “desenvolvimento e segurança”, atendendo à diretriz do Executivo e dando vazão ao “ideário de modernização conservadora” promovido entre os esguianos desde os tempos do comando de Juarez Távora (Carvalho 2005, 130). Os cursos da ESG ofereceriam uma leitura integrada dos desdobramentos do fenômeno da guerra, enfatizando a necessidade de se estudar o tema sob uma perspectiva mais ampla do que a oferecida pela visão tradicional.

A doutrina da ESG acentuava intensamente que a guerra moderna, seja a convencional, como a Segunda Guerra Mundial, seja a revolucionária, como na Indochina, implicava o desejo, a unidade e a capacidade de produção do país inteiro. Assim, os encarregados da formulação e execução dos programas de segurança nacional não poderiam mais limitar sua atenção à proteção das fronteiras ou a outros usos convencionais do Exército. (Stepan 1975, 132).

A ênfase na segurança nacional como base para o sucesso do desenvolvimento econômico não era estranha à ESG desde seus primórdios, e, para Edmundo C. Coelho (2000), a doutrina de segurança era mais antiga, tratando-se de uma releitura da doutrina militar elaborada nos anos 1930 por Góes Monteiro, cujo pensamento foi “retomado e reelaborado” pelos ocupantes do poder em 1964 (Coelho 2000, 116). Os conceitos e reflexões aplicadas a essa temática ganharam força justamente num período em que entre os ocupantes do Planalto estavam esguianos, a exemplo dos generais-presidentes Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Baptista Figueiredo (1979-1985). Demonstrando essa relação, em conferência, o presidente Castelo Branco enfatizou que “A Escola Superior de Guerra tem uma grande missão a cumprir, e cumprindo-a, facilitará a tarefa do Governo. Essa missão é a de formular, pela conjunta aplicação do talento civil e militar, uma doutrina permanente e coerente de Segurança Nacional.” (Arruda 1983, xi).

No período áureo do governo Médici, em clima de euforia diante do “milagre econômico”, foi proposta a transferência de sede da ESG para Brasília. Era desejo realocar a ESG no centro do poder político nacional, motivando a contratação da firma do arquiteto Sérgio Bernardes.

A ESCOLA SUPERIOR DE ALTOS ESTUDOS DE INTEGRAÇÃO

Em ensaio sobre a obra de Sérgio Bernardes, Lauro Cavalcanti sugeriu a proximidade entre as ideais que inspiravam o arquiteto e o ministro Golbery do Couto e Silva. Para Cavalcanti, essa aproximação foi um estímulo determinante para a elaboração e aceitação de um projeto arrojado para a sede da ESG em Brasília. Estavam o arquiteto e o ministro, general da reserva e referência da geopolítica brasileira, unidos pelo entusiasmo em criar novas estruturas voltadas ao desenvolvimento do país.

Eram duas figuras que, embora situadas em um espectro político dito conservador, não pretendiam manter estruturas arcaicas de organização territorial. O projeto mais arrojado, que obteve simpatia inicial de Golbery, era aquele de uma Escola Superior de Guerra junto à Universidade de Brasília. (Cavalcanti 2004, 59).

O projeto arquitetônico atendia ao propósito de realocar a ESG no centro do poder, retirando-a de um ambiente estritamente militar e instalando-a nas imediações da UnB. A Universidade ofertava cursos de pós-graduação, contanto com corpo docente qualificado em programas de mestrado e doutorado no Brasil e no exterior, cuja experiência não poderia ser indiferente à ESG caso se desejasse aprimorar o ensino ofertado. O foco dos estudos do instituto, por sua vez, poderia interessar a setores universitários dedicados a questões caras à política externa, infraestrutura, energia etc., contribuindo para o desenvolvimento de projetos de pesquisa de interesse mútuo. Sem ignorar o contato com docentes do ensino superior e outras instituições congêneres, é reconhecido que a ESG mantinha, para afirmar o mínimo, moderado convívio com o ambiente acadêmico civil. Aqui não é propósito aprofundar essa questão, uma vez que foge ao escopo do artigo no sentido de não se efetuar uma apreciação minuciosa na evolução do ensino ofertado pela ESG, mas, acolhendo-se uma perspectiva otimista, não se podem ignorar como possibilidade as possíveis implicações transformadoras do projeto de transferência para as proximidades da UnB. Nesse sentido, contrariando a possibilidade de mudanças céleres no sentido de maior sintonia da ESG com o ambiente acadêmico, pesava o foco de estudo do instituto em temas do interesse governamental.

Sobre o foco de estudo e pesquisa, o Regulamento da ESG especificava que a instituição tinha por propósito desenvolver e consolidar conhecimentos para os exercícios das funções de direção e planejamento da segurança nacional (Brasil 1973). Nada afirmava sobre aproximar o instituto do ensino superior civil. O regulamento estava em sintonia com os interesses do regime, não se podendo falar em autonomia. O debate em torno da segurança nacional predominava em vista da probabilidade da rivalidade entre os blocos capitalista e comunista avançar para uma guerra “quente”. Nesse contexto, o apoio ideológico ao combate a movimentos revolucionários, reconhecidos como comunistas, alinhados ou não a União Soviética, China continental ou Cuba, e o papel do aparato militar e da repressão policial nessa tarefa, entravam na pauta da segurança nacional. (Stepan 1975).

No *Almanaque dos diplomados da Escola Superior de Guerra*, não consta a passagem de Sérgio Bernardes nos bancos esguianos (Brasil 1999). Isso não o impediu de se aproximar do ideal desenvolvimentista-conservador tão caro a uma parcela dos estagiários. Bernardes era um renomado arquiteto antes de se aproximar da visão geopolítica de Golbery, sendo reconhecido por projetar hotéis e residências com base em uma peculiar concepção modernista. Nos anos 1960, segundo versão sustentada por depoimentos prestados em documentário, as preocupações do arquiteto passaram a se centrar no papel transformador do espaço, nutrindo o desejo de influenciar os rumos do país (Documentário Bernardes 2014) e para isso buscou se aproximar do poder. Da proximidade com o poder, o escritório de Bernardes projetou o Monumento ao Pavilhão Nacional na Praça dos Três Poderes e a primeira versão do Centro de Convenções de Brasília. A contratação para edificar a sede da ESG anunciava uma nova oportunidade em sintonia com as ambições do arquiteto.

Situado na Asa Norte, às margens do Lago Paranoá, o projeto da nova ESG apresentava uma edificação com contornos predominantemente triangulares, com certo toque de severidade constitutiva, combinando modernismo e traços que recordam uma fortificação militar. Com lados medindo 180 metros, previa-se a construção de três pavimentos mais o subsolo. O volume triangular teria cerca de 30.000 m² de área construída, a dar forma a um conjunto que abrigaria almoxarifado, banheiros, barbearia, biblioteca, cozinha, estacionamento, gráfica, restaurantes, salão de honra, salas de estar, serviços de apoio, setor de comunicação, amplas salas de aula e espaços reservados aos corpos administrativo e permanente. Nos espaços oferecidos, destacavam-se um amplo auditório para 400 pessoas e seis auditórios de menor capacidade. Na área externa, havia previsão de um heliporto, estacionamento e praças com entorno arborizado (Silva 2016, 152-154). Uma vez concretizada, a obra transmitiria a impressão de

projetar a ESG sobre as águas, como a flutuar, integrando-a a paisagem do Planalto Central.

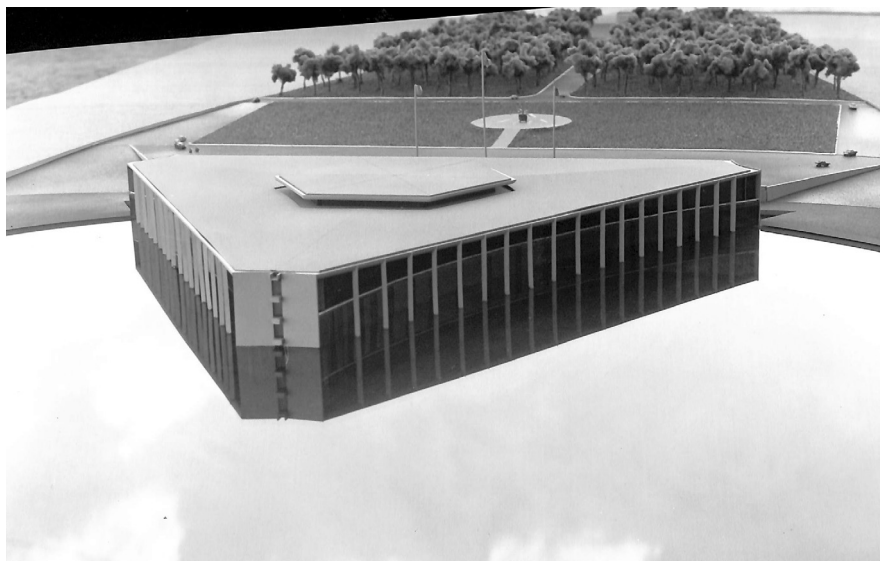


Figura 1 — Maquete da ESG (Brasília).
Fonte: SDMI/ESG. 1974 [Autor não identificado].

As obras da ESG brasiliense foram efetivamente iniciadas em 1973. A previsão de conclusão das edificações da sede da ESG estava assinalada para 1976. Do conjunto das obras, previa-se a entrega de quatro blocos de apartamentos residenciais localizados nas Superquadras Norte (SQN) 114 e 210 (Brasil, 1976a). Os blocos de apartamentos ficaram prontos em 1975, sendo entregues ao custo de 30 milhões de cruzeiros (Jornal do Brasil 1975). A visão transformadora de Bernardes ganhava contornos sólidos, tendo a ambição de, com a nova sede, influenciar “no currículo e na construção da mentalidade e do conhecimento que seria ministrado aos próprios oficiais.” (Cavalcanti 2004, 59), incluída a proposta de alterar o nome da ESG para Escola Superior de Altos Estudos de Integração (Bernardes 1973).

Propostas de alteração do nome da Escola não eram desconhecidas pelos esguianos (Arruda 1983), mas, até então, tinham partido do estamento militar e não implicavam reformas ou alterações ambiciosas no *modus vivendi* da ESG. A crer no possível impacto transformador do projeto, a

liberdade criativa do arquiteto tocava em questões caras aos militares, como a doutrina, a política de ensino e mesmo o ambiente de convívio com outros setores da sociedade. Como os esguianos teriam recebido essa intenção? Há indicativos de que a expectativa de Bernardes de submeter os militares a sua visão idealista não foi bem recebida, como apontam os acontecimentos que levaram ao cancelamento das obras.

UM PROJETO EM RUÍNAS

Em março de 1974, assumiu a presidência o general Ernesto Geisel. Os dias do milagre econômico chegavam ao fim diante da crise internacional provocada pela Guerra Árabe-Israelense de 1973 e a consequente decisão dos países reunidos na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) pelo aumento do preço do barril. Os empréstimos baseados nos chamados petrodólares, fonte acessível de financiamento, passaram a ter custo elevado. O preço do barril quadruplicara, com fortes consequências para a economia global (Singer 2014).

Nota publicada no jornal *O Globo*, em edição de agosto de 1975, anunciava a suspensão da obra e a alteração na previsão de transferência da ESG para Brasília (Swann 1975). A situação financeira do governo, diante das consequências do choque do petróleo, seria a razão da decisão, além de considerações com relação à instalação dos estagiários na Capital Federal. Em 9 de janeiro de 1976, o Ministro Chefe do Gabinete Militar, general Hugo Abreu, informou ao Ministro-chefe do EMFA, general Antonio Jorge Corrêa, a decisão do presidente Geisel em suspender, em caráter definitivo, o projeto, cancelando a transferência da ESG para a Capital Federal (Brasil 1976c).

Hugo Abreu noticiava ao EMFA que o patrimônio e recursos restantes, englobando terreno, obras do edifício sede e blocos residenciais, passariam aos cuidados do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), retirando a questão da alçada dos militares.

Em consequência, determinou que a administração de todos os trabalhos já realizados e relacionados com o edifício que se destinaria à instalação daquela Organização em Brasília, bem como as residências previstas para o pessoal respectivo, passe à responsabilidade e direção da DASP. (Brasil 1976c, 1).



Figura 2 — Fundações da ESG (Brasília).
 Fonte: SDMI/ESG. 1974 [Autor não identificado].

Da leitura dos avisos ministeriais e demais documentos trocados sobre a transferência patrimonial, constata-se a celeridade em se concretizar as ordens de Geisel. A DASP foi informada oficialmente da decisão no mesmo dia em que Abreu comunicava o EMFA (Brasil 1976d). Recebendo o patrimônio, o diretor-geral Darcy Duarte de Siqueira solicitou o levantamento de custos despendidos, concluindo que, no tocante as fundações, foram consumidos Cr\$ 20.976.473,49 (Brasil 1976b). Eram valores elevados, recordando que a construção de quatro blocos residenciais custara 30 milhões de cruzeiros. Na intenção de tentar reverter o valor gasto ao Tesouro Nacional, o diretor-geral propôs ao presidente Geisel a venda do terreno, vislumbrando a possibilidade de se construir um hotel no local. Para efetivar esse propósito, Siqueira articulou a passagem do montante do patrimônio à Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, informando a seus superiores que o Ministério da Indústria e Comércio e o Governo do Distrito Federal concordavam com a venda (Brasil 1976b).

Geisel decidiu em favor do encerramento de qualquer expectativa de transferência da ESG, o que é evidenciado pela celeridade em se retirar o patrimônio da alçada do EMFA e, assim, obstruir a possibilidade futura de se dar prosseguimento às obras. Os motivos divulgados na imprensa eram menos personalistas, apontando razões financeiras. O argumento do regime era de que a transferência da ESG não era uma prioridade,

não estando Brasília sequer aparelhada para receber os estagiários e o corpo docente. Durante a pesquisa sobre o assunto, constatou-se que o tema não chamou a atenção de pesquisadores para além do ambiente dos arquitetos, de forma que há pouco material a se debruçar sobre as razões do abandono das obras. Sobre a possibilidade de o projeto apresentar inconsistências não foram localizadas fontes. Debruçando-se sobre o assunto do abandono do projeto, o jornalista Paulo Lannes apresentou uma nova versão, ao entrevistar Kykah Bernardes, viúva do arquiteto, em matéria publicada na *Revista Veja*. Para Kykah, razões conceituais, visando mudanças na ESG que incluíssem a aproximação com o ambiente universitário, desagradaram profundamente Geisel e o levaram a medidas drásticas.

“Ele [Bernardes] previa uma aproximação com estudantes e com a universidade”, explica. Para Kykah, Geisel descobriu as intenções do arquiteto e resolveu desfazer a parceria. João Pedro Backheuser, escritor de um ensaio sobre Sérgio Bernardes, reforça essa tese. “Da noite para o dia, todos os projetos de Bernardes foram cancelados”, afirma. Sem o dinheiro previsto, o arquiteto se viu imerso em dívidas, declarando falência nesse mesmo período. (Lannes 2014, 3).

Enfatize-se que não foram localizadas outras referências que corroborem a versão de Kykah Bernardes sobre as razões do cancelamento das obras estarem ligada a temores quanto à aproximação de estudantes universitários e esguianos, de forma que essa interpretação é aqui acolhida com uma hipótese.

Distante da presidência, Geisel concedeu entrevista a Maria Celina D’Araujo e Celso Castro. Sobre a ESG, Geisel discorreu a respeito de peculiaridades do CSG, o convívio com colegas e o ambiente político de então. No que toca ao projeto de transferência da Escola, nenhuma palavra. Mas há pistas sobre alguns aspectos do cancelamento. Ao abordar o tema da construção de Brasília, o general afirmou com ênfase que considerava a construção da nova capital um erro (D’Araujo and Castro 1997).

Esguiano da turma de 1953, ex-presidente da Petrobrás, Geisel adotou postura afinada com a visão desenvolvimentista do papel do Estado, visto como principal investidor a impulsionar o crescimento econômico. A crise causada pelo choque do petróleo não freou a determinação do presidente de adotar o investimento estatal como solução para estimular o crescimento brasileiro, mesmo que a custos de empréstimos obtidos no exterior, discordando daqueles que propunham como solução evitar o endividamento e aceitar a recessão econômica (Singer 2014). Como compreender que um presidente avesso a frear investimentos teria optado por encerrar as obras

da ESG, desperdiçando dinheiro do erário público com o abandono repentino de um projeto do interesse dos estudos estratégicos?

Geisel julgou a transferência da Capital Federal um erro e não há razões para crer que, contrariando essa visão geral, seria favorável a transferência da ESG para Brasília. Não se deve, também, desconsiderar a hipótese de que a proximidade com a UnB colocaria a ESG na vizinhança de uma instituição sonhada e concretizada por desafetos do regime, com destaque para Anísio Teixeira e, particularmente, Darcy Ribeiro, antigo chefe de gabinete de João Goulart e próximo a Leonel Brizola. Sobre a questão que toca o campo político, nos anos do governo dos generais as universidades públicas eram reconhecidas como foco de oposição e reduto da esquerda (Reis 2014). Mais uma vez restam suposições, estando entre elas o próprio desagrado de esguianos enraizados no Rio de Janeiro com a mudança de sede, entre eles Geisel. Do exposto até aqui, sustenta-se como suposição mais provável que o cancelamento das obras partiu de uma decisão monocrática de um presidente, para isso influenciando a necessidade de corte de gastos em obras não prioritárias e a contrariedade com um projeto que não o entusiasmou e que não era tido como uma prioridade.

De certo, o abandono das obras terminou por se converter em símbolo de desperdício de recursos públicos. No histórico brasileiro, há casos muitos mais expressivos de mau uso de recursos, devendo-se registrar que o abandono das obras da nova sede da ESG não ensejou, até onde foi possível constatar, nenhum escândalo administrativo ou político. A firma de Sérgio Bernardes amargaria prejuízos com a quebra do contrato, não tardando, por diversas outras razões, a fechar suas portas (Cavalcanti 2004; Silva 2016). Negando-se ao esquecimento, a intenção de transferência de sede para Brasília, nos anos 1970, ficou como recordação provocativa de um projeto com potencial de estimular a possível transformação da ESG no que toca a sua relação com o ambiente acadêmico.

A ESG BRASÍLIA REVISITADA

Em novembro de 1979, uma proposta buscava dar fim ao mal-estar do abandono das obras. A intenção não era retomar o projeto, mas dar destinação ao terreno e permitir que outra construção ocultasse as ruínas. Sugeriu-se permuta em favor da UnB e do Clube do Servidor Público, em documento assinado pelo ministro Golbery (Brasil 1979). À semelhança da tentativa de atrair interesses privados para construir um hotel no local, a proposta não vingou.

No EMFA, como a indicar que a saída de Geisel do Planalto reacendera antigas ambições, o assunto da ESG retornou à pauta. O ministro, general

José Ferraz da Rocha, informou ao diretor-geral da DASP que uma proposta para reativação das obras e transferência da ESG para Brasília foi levada ao conhecimento do presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo (Brasil 1980). Ferraz da Rocha manifestou preocupações quanto à possibilidade da área ser apropriada por outro órgão da administração enquanto se aguardava a decisão do presidente. A conservação do patrimônio e os problemas sociais advindos do abandono da estrutura também eram motivos das considerações do general, dado o contexto de favelização por que passavam certas áreas de Brasília, particularmente o entorno do Lago Paranoá. O general Ferraz da Rocha solicitava cuidados, diante da informação de que proliferavam moradias irregulares no local (Brasil 1980).

Os interesses do EMFA em retomar o projeto acabaram não prosperando. O tema da transferência foi, ao longo dos anos, cercado de silêncio. Após décadas, as ruínas das fundações da sede da ESG em Brasília se converteram em curiosidade a instigar a imaginação daqueles que percorriam os arredores da UnB. No ano de 2006, a área passou a integrar o Parque de Uso Múltiplo da Enseada, estando sob a tutela do Instituto Brasília Ambiental, o Ibram (Lannes 2016). Como temia o chefe do EMFA, o terreno foi destinado a outro órgão da administração.

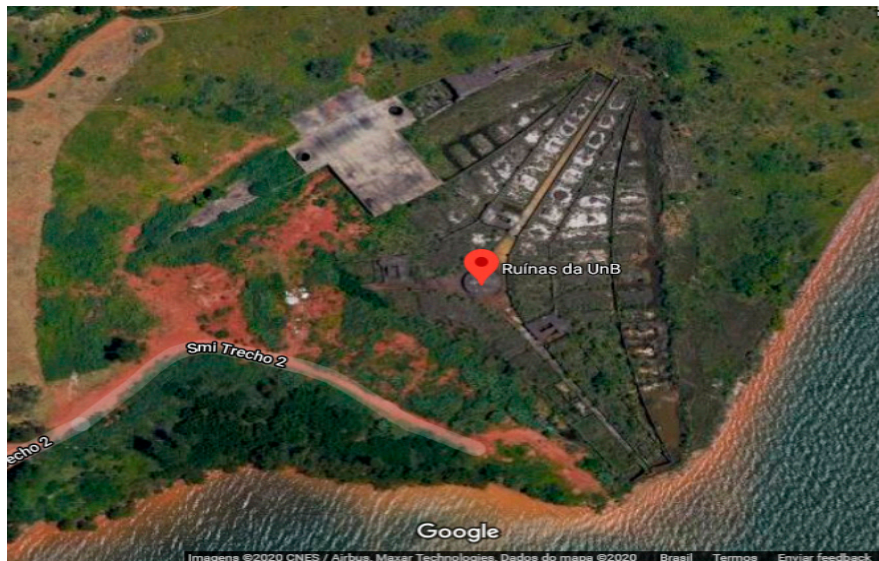


Figura 3 – “Ruínas da UnB”.

Fonte: Google Maps [Ruínas da UnB]. 2020. <https://www.google.com.br/maps/>.

Criado o Ministério da Defesa (MD) e com a evolução das discussões que resultaram na elaboração do Livro Branco e dos documentos norteadores da estratégia e da política de defesa, o assunto foi retirado do esquecimento. Considerou-se a necessidade de organizar uma escola com a finalidade de capacitar analistas civis e militares. A modernização da ESG foi uma das propostas para se alcançar esse objetivo. Nas últimas décadas, segundo a primeira versão da Estratégia Nacional de Defesa (END) (Brasil 2008), a ESG não teria acompanhado a evolução acadêmica, apresentando fragilidades que comprometiam o atendimento do papel de instituto de estudos estratégicos.

Sobre a questão da transferência, a mudança da sede principal da ESG para Brasília foi retomada pela END e vislumbrada como uma oportunidade a dar forma à renovação do instituto, sem prejuízo à manutenção das atividades no Rio de Janeiro. O instituto passaria, portanto, a operar com dois campi. Não faltaram resistências ao projeto. Manifestações contrárias, divulgadas na imprensa, temiam que, longe de favorecer a modernização da ESG, a transferência acarretasse prejuízos irreparáveis para os cursos e parcerias programadas (Jardim and Bruno 2008; Zahar and Gomide 2008). A proximidade com o poder político também foi vista pelos críticos como prejudicial. Ignorava-se na apreciação o histórico da ESG. O instituto, ao longo de décadas, com altos e baixos, tinha como característica marcante a proximidade com o poder político. Sem informar estimativas, outro argumento contrário à transferência eram os custos envolvidos com a manutenção de duas sedes (Jardim and Bruno 2008; Zahar and Gomide 2008).

Exemplo das articulações contrárias à transferência da ESG, em matéria no *Jornal do Brasil*, Leandro Mazzini registrou o encontro entre o deputado federal Marcelo Itagiba, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e o comandante da ESG, Almirante Luiz Humberto Mendonça, ocasião em que teriam sido combinadas ações para demover o Planalto dessa intenção. Buscando o apoio da bancada federal do Rio de Janeiro, somados a apelos ao prefeito e ao governador, ambos do PMDB, o deputado e o almirante estariam de acordo na formação de uma “força-tarefa” para convencer o presidente Luís Inácio Lula da Silva a recuar da intenção de transferir a ESG. A matéria também informou que alguns militares influentes se mobilizavam em favor da transferência. Entre os simpáticos à ideia da mudança de sede da ESG, estava um ex-integrante do Alto Comando do Exército, o general Alberto Cardoso, outrora chefe do Gabinete de Segurança Institucional do presidente Fernando Henrique (Mazzini 2008). Mais uma vez, a proposta de transferência não se concretizaria.

Atendendo parcialmente à END, criou-se um núcleo da ESG nas instalações do MD em Brasília, mantendo-se a direção no Rio de Janeiro.

A intenção de transferência deu origem a um novo projeto arquitetônico, apresentado no ano de 2014, prevendo-se passar a sede principal para o Setor de Grandes Áreas Sul (SGAS), 903, lote 77 (Brasil 2016). O projeto executivo nunca saiu do papel. A ESG brasileira, por sua vez, ganhou vida própria e, como um dos exemplos dessa trajetória, passou a ofertar o Curso de Altos Estudos de Defesa (CAED), a contar de 2018 (Neto 2019).

Em 2019, ocorreu uma alteração nos planos de transferência da ESG. Em cumprimento à diretriz ministerial, conforme anunciado no portal do instituto na *Internet*, o núcleo de Brasília passou a ocupar instalações da “unidade Jardim” da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) no Lago Sul de Brasília, do que se infere o abandono do projeto de construção no Setor de Grandes Áreas Sul. Ainda em 2020, ocorreu a transferência do comando da ESG para a Capital Federal, divulgando-se a previsão de transformação do núcleo brasileiro da ESG em Escola Superior de Defesa (ESD). Pelo que foi sucintamente noticiado (e confirmado em comunicação do autor do artigo com integrantes da ESG), trata-se de uma nova instituição e não da alteração de nome, assunto foge ao objetivo desse artigo. Cabe registrar que a decisão de criação da ESD não contemplou, ao menos publicamente, a desativação da ESG no Rio de Janeiro e nada foi cogitado da retomada do projeto abandonado às margens do Lago Paranoá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na concepção dos projetos arquitetônicos, os estudos para a execução de uma edificação não podem ser reduzidos a mero plano de construção dedicado a satisfazer necessidades materiais. A arquitetura e o urbanismo, no ato de moldar o espaço físico, tem o potencial de promover mudanças de ordem conceitual, com reflexos transformadores que impactam na esfera política e intelectual. Nos anos 1970, a construção da nova sede da ESG se oferecia como um veículo com potencial transformador, submetendo o instituto a uma possível renovação dada à proximidade física com o ambiente universitário, favorecendo a circulação de pessoas e ideias, em época de menores facilidades de transporte e comunicação.

O projeto da sede da ESG, abortado em 1975, ainda se mantém presente no cenário urbano brasileiro, como ruína às margens do Lago Paranoá, na história da arquitetura e dos planos dedicados às demandas da defesa. Em que se pesem as dificuldades outrora enfrentadas por uma capital em consolidação e a redução de recursos monetários em face da crise do choque do petróleo, o cancelamento definitivo da construção da nova sede marcou o desperdício de recursos públicos e desvela um traço de conservadorismo

obtusos a promover a resistência à mudança de sede da ESG. Se concluída, a edificação abriria oportunidades, entre elas a possibilidade de aproximação com o ambiente acadêmico a ser favorecida pela proximidade física a UnB, sem prejuízos para parcerias com escolas de governo e instituições de ensino superior sediadas em outras unidades da federação. Essas observações devem ser vistas como possibilidades. O assunto merece ser aprofundado por pesquisa específica dado suas possibilidades investigativas, o que foge aos limites do presente trabalho.

Não se ignorou na pesquisa que resultou no artigo uma questão óbvia: a mudança de sede, por si mesma, seja para Brasília ou outra cidade, não representaria uma automática promoção da modernização do ensino oferecido ou de mentalidade, por mais que se vislumbre a possibilidade de o impacto transformador de um projeto cercado de expectativas. O impulso teria que vir da esfera política, sendo a ESG uma instituição submetida aos humores do poder executivo e marcada pela servidão aos interesses da pasta da defesa. Outra constatação importante a ser registrada é a escassez de referências que abordem as tentativas de transformação do ensino ofertado pela ESG, incluindo o tema da transferência de sede. A questão da nova sede evocou, por fim, uma oportunidade para a promoção de mudanças. As “ruínas da UnB” ficam a provocar o observador, estimulando questionamentos sobre quais serão os rumos do instituto nos próximos anos.

REFERÊNCIAS

Arruda, Antônio de. 1983. *ESG: história de sua doutrina*. 2. ed. São Paulo: GRD; Brasília: INL.

Bernardes, Sergio. 1973. “ESG inicia obras da nova sede em Brasília”. *O Globo*, Rio de Janeiro (July). 2º caderno, 8. <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019730709C&edicao=Vespertina>.

Brasil. 1949. *Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949*. Cria a Escola Superior de Guerra. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1930-1949/L785.htm.

_____. 1973. *Decreto nº 72.699, de 27 de agosto de 1973*. Aprova o novo Regulamento para a Escola Superior de Guerra. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 29 ago. 1973. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-72699-27-augosto-1973-421238-publicacaooriginal-1-pe.html>.

_____. 1976a. Departamento Administrativo do Serviço Público. Secretária de Unidades Residenciais. Coordenaria de Legislação Imobiliária. *Ofício Colei nº 008079*. Brasília: [s.n.], 14 de dezembro de 1976. 2 f. Acervo SDMI/ESG.

Brasil. 1976b. Departamento Administrativo do Serviço Público. *Memorando n° 354*. Brasília: [s.n.], 10 de maio de 1976. 3 f. Acervo SDMI/ESG.

_____. 1976c. Gabinete Militar da Presidência da República. *Aviso n° 1 — CH/GM*. Brasília: [s.n.], 09 de janeiro de 1976. 3 f. Acervo SDMI/ESG.

_____. 1976d. Gabinete Militar da Presidência da República. *Aviso n° 2 — CH/GM*. Brasília: [s.n.], 09 de janeiro de 1976. 2 f. Acervo SDMI/ESG.

_____. 1979. Casa Civil. *Aviso n° 1383/79*. Brasília: [s.n.], 1° de novembro de 1979. 1 f. Acervo SDMI/ESG.

_____. 1980. Ministério da Guerra. Estado-Maior das Forças Armadas. *Aviso n° 0429 SOEMFA*. Brasília: [s.n.], 21 de fevereiro de 1980. 2 f. Acervo SDMI/ESG.

_____. 1999. Ministério da Defesa. Escola Superior de Guerra. *Almanaque dos diplomados da Escola Superior de Guerra*. [s.l.]:[s.n.]. Acervo SDMI/ESG.

_____. 2008. *Decreto n° 6.703, de 18 de dezembro de 2008*. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 19 dez. 2008. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6703.htm.

_____. 2015. Ministério da Educação. *Portaria Normativa Interministerial n° 1, de 26 de agosto de 2015*. Dispõe sobre a equivalência de cursos nas instituições militares de ensino e na Escola Superior de Guerra em nível de pós-graduação *latu sensu*. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 27 ago. 2015, edição 164, seção 1, 20.

_____. 2016. Departamento de Engenharia e Construção do Exército. *Projeto executivo da Escola Superior de Guerra: campus Brasília*. Brasília: ESG.

Camargo, Aspásia, and Walder Góes. 1981. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Carvalho, José Murillo. 2005. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Cavalcanti, Lauro. 2004. *Sergio Bernardes: herói de uma tragédia moderna*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Coelho, Edmundo Campos. 2000. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record.

D'Araujo, Maria Celina, and Celso Castro (Ed.). 1997. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas.

Documentário Bernardes. 2014. Direção de Gustavo Gama Rodrigues; Paulo de Barros. Produção de Paulica Coelho et al. Roteiro: Gustavo Gama Rodrigues; Paulo de Barros; Yan Motta. Rio de Janeiro: 6d Filmes; Rinoceronte Produções. (92 min.).

Jardim, Idelina and Bruno, Raphael. 2008. “Mudança da ESG divide militares”. *Jornal do Brasil*, [Rio de Janeiro], A12 (December).

Jornal do Brasil. 1975. “Planejamento de Mudança”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 8 (May). http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq= .

Koselleck, Reinhart. 2006. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio.

Lannes, Paulo. 2016. “Monumentos do descaso”. *Revista digital Metrópoles* (January). <https://www.metrosoles.com/distrito-federal/monumentos-do-descaso-predios-abandonados-se-tornaram-focos-de-problemas-de-seguranca-e-saude-publica>.

Lannes, Paulo. 2014. “Os segredos dos escombros”. *Veja Brasília*. [São Paulo]: Editora Abril (January). <http://vejabrasilia.abril.com.br/materia/cidade/os-segredos-dos-escombros/>.

Malan, Alfredo Souto. 2018. *Missão militar francesa de instrução junto ao Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

McCann, Frank D. 1995. *A Aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945*. Rio de Janeiro: Bibliex.

Mazzini, Leandro. 2008. “Informe JB”. *Jornal do Brasil* (December). Rio de Janeiro.

Neto, Jacintho Maia. 2019. “Escola Superior de Guerra”. *Revista da Escola Superior de Guerra* 34, n. 70, [S.l.]: 139-161 (April). <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/1067>.

Nora, Pierre. 1993. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História* 10 (July./December.). São Paulo: PUC-SP.

Obino, Salvador César. 1949. Estado-Maior das Forças Armadas. *Exposição de motivos nº 13-C*. Rio de Janeiro (April). Acervo SDMI/ESG.

Reis, Daniel Aarão. 2014. “Vida política”. *Modernização, ditadura e democracia (1964-2010)*: 75-125. Rio de Janeiro: Objetiva; Madrid: Fundación Mapfre. História do Brasil Nação: 1808-2010. v. 5.

Sardenberg, Idálio. 2017. “Princípios fundamentais da Escola Superior de Guerra”. *Revista da Escola Superior de Guerra* no. 8: 9-15 (July). Rio de Janeiro. <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/96>.

Silva, Marcelo Augusto F. da. 2016. “Do milagre à maldição: Sergio Bernardes e Brasília (1968-74)”. 185 f. Dissertação — Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, DAU/PUC-Rio, Rio de Janeiro.

Singer, Paulo. 2014. “O processo econômico”. *Modernização, ditadura e democracia (1964-2010)*: 183-231. Rio de Janeiro: Objetiva; Madrid: Fundación Mapfre. *História do Brasil Nação: 1808-2010*. v. 5.

Stepan, Alfred. 1975. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Editora Artenova.

Swann, Carlos. 1975. “ESG fica no Rio”. *O Globo*, Rio de Janeiro (August). <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019750807>.

Zahar, Paulo, and Raphael Gomide. 2008. “Escola Superior de Guerra pode ir do Rio para Brasília”. *Folha de São Paulo*, São Paulo (November). <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3011200808.htm>.

AS RUÍNAS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA EM DEBATE

RESUMO:

Em 1975, foram canceladas as obras que acolheriam a transferência da Escola Superior de Guerra (ESG) do Rio de Janeiro para Brasília. Às margens do Lago Paranoá restaram as chamadas “ruínas da UnB” a testemunhar as intenções do projeto. De autoria do arquiteto Sergio Bernardes, o projeto arquitetônico visava reintegrar a instituição ao centro do poder político nacional. A nova sede favorecia aproximar a ESG do ambiente acadêmico ao situá-la nas proximidades da Universidade de Brasília (UnB). Apoiado na revisão bibliográfica e na consulta a documentos do arquivo da ESG, o trabalho aborda o projeto de transferência para Brasília e aprecia o papel de uma nova sede como possível veículo modernizante. O trabalho apresenta resultados de pesquisa sobre os acontecimentos que levaram a condenação do projeto de Bernardes. O artigo tem por objetivo inquirir o papel das ruínas como lugar de memória política a estimular reflexões sobre o contexto e as razões do abandono do projeto.

Palavras-chave: Escola Superior de Guerra; Brasília; Memória; Política.

ABSTRACT:

In 1975, the works that would host the transfer of the Brazilian War College (ESG) from Rio de Janeiro to Brasília were cancelled. On the shores of Lake Paranoá, the so-called “ruins of the UnB” were left to bear witness to the intentions of the project. The architectural project was designed by the architect Sergio Bernardes and aimed at reintegrating the institution into the center of national political power. The new headquarters also aimed to insert the ESG into the academic environment of the federal district by placing it near the University of Brasília (UnB). Based on literature review and consultation of documents from the ESG archives, the paper addresses the project of transfer to Brasília and appreciates the role of a new headquarters as a possible modernizing vehicle. This paper presents the results of the research on the events that led to the condemnation of Bernardes’ project. The article aims to inquire about the role of the ruins as a place of politics memory to stimulate reflections on the context and the reasons for the abandonment of the project.

Keywords: Brazilian War College; Brasília; Memory; Politics.